

**SOCIEDADES  
POLARIZADAS?**

**DESAFIOS  
PARA A  
SOCIOLOGIA**

XII CONGRESSO  
PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

**4 - 6 ABRIL 2023**

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO – FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

XII Congresso Português de Sociologia

*Sociedades Polarizadas?  
Desafios para a Sociologia*

Coimbra, 4 a 6 de março de 2023

**Secção/Área temática:  
Conhecimento, Ciência e Tecnologia**

**Para uma sociologia histórica integrada da investigação social colonial e metropolitana**

**ÁGOAS, Frederico; Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal); [fagoas@fcsb.unl.pt](mailto:fagoas@fcsb.unl.pt)**

#### **Resumo**

Com base em pesquisas anteriores sobre o desenvolvimento da investigação social agrária em Portugal, a partir dos finais da década de 1930, e sobre a introdução das ciências sociais na Escola Superior Colonial de Lisboa, em meados da década de 1950, este trabalho procura sintetizar investigação em curso acerca do desenvolvimento da primeira investigação social sistemática em meio industrial e em meio colonial para avançar uma breve panorâmica dos percursos paralelos da pesquisa social imperial e metropolitana, e da sua relação com o processo de institucionalização da sociologia, na década de 1960. Tendo em conta a posição relativa de Portugal na cena mundial como potência imperial semiperiférica durante a maior parte do século XX, e a transição contemporânea do país de monarquia constitucional, república progressista (1910), ditadura militar (1926) e estado fascista (1933) para uma democracia liberal moderna (1974), este trabalho sugere ainda o potencial alcance paradigmático do caso português.

Palavras-chave: Investigação social; História da ciência; História da sociologia; Portugal

XII-APS-77174

## **Introdução**

A presente comunicação resulta de um projecto em curso intitulado “Crafting contexts: an integrated historical sociology of Portuguese colonial and metropolitan social research” (FCT/CEEC/IND/01684/2017. Assenta em pesquisa anterior focada na investigação social no Instituto Superior de Agronomia (Ágoas, 2010), na primeira metade do século XX e na introdução das ciências sociais na Escola Colonial, em meados da década de 1950 (Ágoas, 2012). Na sequência disto, ocupei-me da emergência da investigação social em Portugal na transição do século XIX para o século XX, de que darei aqui conta de forma sucinta; e tenho-me ocupado, actualmente, do desenvolvimento da primeira linhagem de investigação social sistemática, na década de 1930, junto do Instituto de Serviço Social de Lisboa (Ágoas, 2021); e do desenvolvimento da primeira investigação colonial sistemática, na década de 1940, junto do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (Ágoas, 2020). Abordarei as duas linhagens na segunda parte desta comunicação, em que apresentarei uma sinopse dos caminhos paralelos (mas convergentes) da investigação social colonial e metropolitana; e tentarei dar sentido histórico-sociológico a um conjunto de actividades e instituições científico-sociais só aparentemente dispersas.

É este o principal objectivo do projecto em curso. O outro é contribuir para a exploração do que acredito ser o alcance paradigmático do caso português, tendo em conta a posição de Portugal na cena global como potência imperial semi-periférica, ao longo de três quartos do século XX; e a transição contemporânea do país de monarquia constitucional retrógrada, república progressista, ditadura militar, Estado fascista para democracia liberal moderna. Não se trata de afirmar que estamos perante um caso típico – pelo contrário – mas que o caso em apreço permite explorar de uma só vez não só os vários contextos políticos, económicos e sociais pertinentes, mas também todo o espectro de ambientes sociais historicamente sujeitos à investigação social – rurais, industriais e coloniais – e ainda toda a gama de actores envolvidos neste tipo de estudos – académicos, privados, estatais metropolitanos e coloniais periféricos. Assim sendo, o projecto em mãos pretende também contribuir para a superação daquilo que considero ser a dupla divisão na história das humanidades entre histórias disciplinares e históricas burocráticas e histórias centrais e periféricas para além da divisão subsidiária entre histórias coloniais e histórias metropolitanas.

### **Os primeiros inquéritos sociais e coloniais**

Os primeiros inquéritos sociais e coloniais parecem arrancar sensivelmente na mesma altura – durante a década de 1910, ou em torno dela. A coincidência não deve ser desprezada, mas é importante dizer que, aqui como noutros lugares, ambas as linhagens são animadas por actores distintos e têm naturezas diversas. Os inquéritos sociais metropolitanos são conduzidos por engenheiros do Ministério do Trabalho e centram-se nas condições de vida dos trabalhadores. No caso português, os seus precedentes mais imediatos são inquéritos industriais, onde alguma informação sobre casa e comida começa por comparecer de forma lateral junto de dados sobre as próprias condições laborais. São inspirados na mais recente ciência social da época, particularmente francesa e por iniciativas análogas de outros governos.

É o caso do primeiro “Inquérito às condições da vida económica da classe operária portuguesa”, de 1916 (e repetido por mais duas vezes), aplicado pelo recém-criado Ministério do Trabalho republicano e que visa determinar a relação entre o salário real dos operários, a sua subsistência e a sua produtividade. Como se diz no seu prefácio:

O inquérito económico às condições de existência do proletariado português, não só com o intuito próximo de tornar conhecidas as suas necessidades materiais, morais, higiénicas e fisiológicas, mas também com o intuito afastado de tornar conhecidos os valores do nosso capital-homem, eloquente característica do grau de progresso de uma nacionalidade, urgia que se fizesse com os detalhes aconselhados pela sociologia aplicada. (Mendonça, 1917, p. 101)

Antes disso há registo de um “Inquérito à situação do operariado industrial” (Simões, 1910) conduzido em 1909 pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria onde o escrutínio das condições de vida – casa e comida – está ainda subordinado ao exame superficial das condições de trabalho e das respectivas indústrias. Enquanto tal, o gesto remonta a 1890, ao II Inquérito Industrial, da parte do mesmo Ministério, onde o registo de casa e comida começa por comparecer de forma marginal, igualmente subordinado ao exame das condições laborais dos operários (DGCI, 1891). Neste contexto institucional, alimentação e habitação são ainda estudadas de forma separada nos conhecidos inquéritos aos pátios e vilas operárias de Lisboa, nos primeiros anos do

século XX (CMS, 1903; 1905); e num pequeno estudo intitulado “A alimentação das classes pobres e a sua relação com o trabalho”, onde se afirma:

Considerando o homem apenas como machina thermica, aliás pouco perfeita, à face do princípio de conservação de energia conclue-se que para ella produzir trabalho necessita introduzir e combustar vários elementos, de forma que o claro d’essa combustão seja equivalente ao trabalho produzido. (Martel, 1911, p. 6)

À margem desta linhagem, encontramos ainda indicações objectivas sobre casa e comida nos chamados “estudos locais” (e.g. Picão, 1983 [1903]), em estudos médicos de saúde pública (Nazareth, 1906-1910) e nos poucos trabalhos da época mais conformes ao cânone da ciência social emergente, como em *O Povo Portuguez: Aspectos Sociais e Económicos*, de Bento Carqueja (1916), e no conhecido *Le Portugal Inconnu*, de 1910, empreendido por um estrangeiro (Poinsard, 1910).

Quanto aos inquéritos coloniais, são conduzidos por funcionários do Império nos territórios onde estão colocados e focam-se na diversidade étnica das regiões em apreço. No caso português, os seus precedentes mais imediatos são relatos de exploradores que tratam de modo mais ou menos marginal a ocupação humana e tentativas preliminares de codificar usos e costumes locais, para efeitos jurídicos. São inspirados pelos poucos inquéritos missionários então disponíveis, empreendidos por estrangeiros, e por iniciativas semelhantes noutros países, a cargo dos governos coloniais.

O primeiro grande inquérito etnográfico português é de 1918, *Populações indígenas de Angola*, conduzido pelo Secretário de Assuntos Indígenas do território e destinado a promover “o conhecimento dos usos e costumes dos indígenas como base primordial da orientação a seguir na administração e política indígena” (Dinis, 1918, p. v). Como o autor explicaria, moveu-o “o estudo das populações indígenas na parte que mais devem interessar ao seu governo e administração, isto é, sob o ponto de vista sociológico, habilitando o Governo com os elementos indispensáveis para a elaboração da legislação especial para indígenas” (p. vi). O gesto é precedido pela publicação, pelo governo provincial, do questionário correspondente, que cita figuras como Van Gennep, que teria apontado a falta deste tipo de estudos entre os portugueses, mas também Clozel e Delafosse, “além dos trabalhos da Escola de Letras de Argel acerca da Argélia e de Marrocos” (Questionário ethnographico, 1912, p. 3). Entre outros motivos, o inquérito é lançado

Considerando que o desaparecimento ou a simples diminuição da mão-de-obra indígena é a causa de morte ou definhamento para uma colónia tropical, e de modo nenhum pôde um governo colonial de hoje, não falando mesmo no elementar dever de solidariedade humana, desinteressar-se da sorte e da vida das populações indígenas (...) (p. 3).

O supracitado volume de 1918 acerca das populações indígenas de Angola incorpora ainda um inquérito anterior acerca dos bosquímanos do território, pelo vigário capitular da Diocese de Angola. Antes disso, importa referir o trabalho etnográfico de Henrique de Carvalho (1890) sobre os povos da Lunda, produzido no quadro da expedição que conduziu a esta região entre 1884 e 1888 (cf. Rosa e Verde, 2013, cap. 9).

Em Moçambique, um estudo de gabinete sobre as *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas do Districto de Inhambane*, assinado pelo chefe da Secretaria Civil do Distrito, António Augusto Pereira Cabral (1910), é seguido pela publicação de um inquérito etnográfico sobre o dito distrito, distribuído pelo mesmo Pereira Cabral entre os administradores de circunscrição em 1911, aparentemente sem respostas de monta (cf. Pereira, p. 204). Em 1916, agora como Secretário dos Negócios Indígenas do Governo-Geral, em Lourenço Marques, o mesmo funcionário distribuiria um novo inquérito etnográfico por todos os distritos do Norte da colónia (idem, p. 205). A única resposta conhecida seria publicada por um funcionário da Companhia de Moçambique, em 1927, focado no respectivo território (idem, p. 205, nota 370). Eventuais respostas desconhecidas ao questionário de 1911 podem ter sido utilizadas por Pereira Cabral (1925) no seu *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique* (cf. Pereira, 2005, p. 204). Na Guiné, o primeiro inquérito etnográfico é lançado pelo governo local em 1918 (Portaria n.º 95, 12 de Abril de 1918). Destina-se a produzir um código de justiça indígena e parece seguir o questionário de Angola. Não terá tido respostas, mas soma-se à incidência de diversas iniciativas científico-sociais metropolitanas e coloniais durante a década de 1910, e especialmente depois de 1915.

Como explicar o facto? Antes de mais, como o culminar intermédio de um processo de cientificização do governo, que em Portugal remonta a meados do século XIX, com a criação do primeiro serviço central de estatística, e que tem um importante marco em 1886, com o estabelecimento de serviços responsáveis pelos censos e por inquéritos. A novidade aplica-se sobretudo à dinâmica metropolitana e a inquéritos económicos, que acabam por dar origem aos inquéritos sociais. O mesmo pode ser dito do capitalismo

industrial português que terá o seu primeiro surto no final do século XIX e que induzirá as primeiras grandes concentrações urbanas de trabalhadores industriais. Mais importante, para o despontar das duas linhagens, terá sido a abolição da monarquia e o advento da I República, em 1910, e a eclosão da I Guerra Mundial, em 1914. A primeira explica a criação do Ministério do Trabalho, em 1916, que lançaria os primeiros inquéritos exclusivamente dedicados às condições de vida. Consagra também uma atenção renovada aos territórios ultramarinos. A segunda (a guerra) é explicitamente associada ao inquérito de 1916 e teve um impacto directo nas colónias portuguesas.

Na verdade, com o fim da guerra, os inquéritos sociais metropolitanos seriam suspensos, e os inquéritos etnográficos coloniais permaneceriam durante muito tempo no ponto onde ficaram, com a publicação de populações indígenas de Angola.

### **Caminhos paralelos, mas convergentes**

Com o advento do Estado Novo, em 1933, surgiriam novos obstáculos à investigação social, como se sabe, mas as duas linhagens prosseguiriam por vias paralelas, embora a ritmos diferentes. Voltariam a convergir na década de 1960 no âmbito de iniciativas de intervenção social sobre relações laborais e desenvolvimento comunitário, nas colónias e na metrópole, e como pano de fundo da luta simbólica da institucionalização da sociologia.

Na arena metropolitana, o Estado Novo não dá curso aos inquéritos orçamentais da República junto dos operários industriais, mas promove a aplicação dos mesmos métodos em dois contextos diferentes. No Instituto Superior de Agronomia, primeiro, onde são então executadas largas dezenas de inquéritos às condições de vida das famílias rurais. Institucionalmente, estes inquéritos resultam da colaboração entre professores e estudantes do instituto com técnicos do Estado. Cientificamente, começam por prosseguir programa do inquérito republicano de 1916. Trabalhos como o *Inquérito Económico Agrícola* (Barros, 1934; Pires e Caldeira, 1934; Vilhena, 1934; Basto, 1936) e o *Inquérito à Habitação Rural* (Basto e Barros, 1943; Barros, 1947), dão expressão pública a estas dinâmicas e denunciam as motivações biopolíticas deste conjunto de estudos. A criação de uma cadeira de sociologia no Instituto Superior de Agronomia em 1949 marca o ponto culminante desta dinâmica, a que o regime acabaria por pôr termo.

Paradoxalmente, os mesmos métodos subsistiriam no Instituto de Serviço Social de Lisboa, criado em 1935 por círculos intelectuais católicos. Em parceria com os serviços de assistência social, largas centenas de monografias LePlaysianas (de âmbito rural, primeiro, e de localidades industriais, fábricas e famílias operárias, depois) seriam aqui produzidas ao longo de 25 anos como exercícios curriculares ou teses de graduação (Ferreira, 2009; Silva, 2017). Trata-se agora de avaliar os efeitos físicos e morais da industrialização e de monitorizar o conflito crescente entre capital e trabalho, em meios rurais e urbanos (Ágoas, 2021, p. 254). Estes seriam então os tópicos em torno dos quais emergiria, entretanto, uma “sociologia do desenvolvimento e do trabalho” no seio e em torno do Ministério das Corporações, e designadamente no Gabinete de Estudos Corporativos (Ágoas, 2021), que em 1962 daria origem ao Gabinete de Investigações Sociais, o principal motor da institucionalização da sociologia, com o advento da democracia (Estevão, 2006; Silva, 2016; Machado, 2020).

Quanto aos inquéritos etnográficos, seriam reactivados na Guiné, já depois de ter sido lançada de Lisboa a Missão Antropológica de Moçambique, em 1936, predominante centrada na antropologia física, e de ter sido instituída a nível provincial a Missão Etnológica de Moçambique, de cariz jurídico-etnológico (Pereira, 2005, cap. V e cap. IV, respectivamente). Ali, na Guiné, depois de duas tentativas (Portaria n.º 70, 12 de Abril de 1927; Caroco, 1934) quase totalmente falhadas de repetir o inquérito etnográfico de 1917, a iniciativa teria sucesso em 1946 (Mota, 1947). Um novo governador reformista e preocupações políticas com as migrações locais e a falta de mão de obra ajudam a explicar o triunfo. O inquérito à *Habitação Indígena da Guiné Portuguesa* (Mota e Neves, 1948) actualiza o programa clássico da pesquisa etnográfica, dando curso a uma síntese sociológica das populações da Guiné, que cobre modos de vida, movimentos populacionais e os efeitos políticos da diversidade religiosa. Contactos com o Institut Français de Afrique Noire e com o sociólogo francês George Balandier, em específico, explicam o movimento – único, à época, no contexto português. Outros inquéritos sociais previstos pelo recém-criado Centro de Estudos da Guiné Portuguesa são, entretanto, abortados, quando o governador em causa abandona o território para se tornar Ministro das Colónias, em 1950 (Ágoas, 2020).

Em Lisboa, na sequência da acção do novo ministro, mas já depois do fim do seu mandato, é criado um Centro de Estudos Políticos e Sociais junto do agora chamado Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU, antiga Escola Colonial), em 1956; são lançadas várias missões científico-sociais em território africano, igualmente em

1956; e são finalmente criados institutos de investigação científica em Angola e em Moçambique, em 1955, também eles responsáveis por algumas pesquisas sobre migrações e concentrações urbanas. Na mesma altura, são ainda criadas cadeiras de sociologia e antropologia no ISEU (Ágoas, 2020). De forma mais imediata, estes factos são então precipitados pelas orientações emanadas da Conferência Inter-Africana de Ciências Humanas, de 1955, organizada pela Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara, uma organização de fachada criada pelo Reino Unido, França, Bélgica, Portugal, Rodésia e África do Sul em 1950 para impedir a intromissão da UNESCO em África (Castelo e Ágoas, 2021). Em apenas poucos anos a Escola Colonial seria elevada a Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1962). Os seus professores passariam desde então a reivindicar a primazia na criação de licenciaturas em sociologia e antropologia, em rivalidade directa com os responsáveis pela emergente sociologia do desenvolvimento e do trabalho – com bastante sucesso, diga-se, que só seria revertido com o advento da democracia, em 1974 (Ágoas, 2012).

### **Conclusão**

É, pois, possível dizer que ambas as linhagens nos transportam de algum modo até às ciências sociais modernas, e que esta história dá conta de pelo menos alguns dos seus traços correntes. Não me debruçarei sobre o tema, aqui, mas gostava de sugerir que a estrutura institucional do campo, muitas das suas opções teóricas e metodológicas, em detrimento de outras, e a sua relação com o Estado dão ainda testemunho deste lastro mais ou menos recente. De uma perspectiva histórico-sociológica, é ainda possível afirmar que a ditadura portuguesa teve de facto influência do desenvolvimento das ciências sociais, atrasando a sua institucionalização académica e promovendo – directa ou indirectamente, de forma deliberada e inadvertida – apenas alguns filões de investigação social empírica. Aqui como noutras partes, a putativa contradição entre ciência e fascismo não resultou na ausência de conhecimento social, mas na promoção de formas de pesquisa empírica decididamente instrumentais e socialmente circunscritas (quando não censuradas). Por último, e não obstante as suas genealogias industrialistas, aqui como noutras locais a investigação social colonial (mas também rural) foi relevante para a institucionalização inicial da sociologia (Connel, 1997; Steinmetz, 2023). A matriz económica (e estatista) de todos estes esforços é também

Para uma sociologia histórica integrada da investigação social colonial e metropolitana evidente, assim como o é a subordinação histórica do “social” a preocupações governamentais, nomeadamente soberanistas e biopolíticas (Foucault, 2001 [1978]).

Nota: Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico

### **Agradecimentos**

A investigação que serve de base a este artigo foi realizada ao abrigo de um contrato de investigação financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (CEECIND/01684/2017).

### **Referências**

- Ágoas, F. (2010). Economia rural e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal. In N. Domingos e V. Pereira (Orgs.), *O Estado Novo em Questão* (pp. 197-231).
- Ágoas, F. (2012). Estado, universidade e ciências sociais: A introdução da sociologia na Escola Superior Colonial. In M. B. Jerónimo (Org.), *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições* (pp. 315–347). Lisboa: Edições 70.
- Ágoas, F. (2020). Social sciences, modernization, and late colonialism: the Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 56(4): 278-297.
- Ágoas, F. (2021). Continuity through change: state social research and sociology in Portugal. *History of the Human Sciences* 34(3-4): 243-265.
- Barros, H. (1934). *Inquérito Económico-Agrícola: Vol. 1. Inquérito à Freguesia de Cuba*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Barros, H. (Org.) (1947), *Inquérito à Habitação Rural: Vol. 2. A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Baixa)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Basto, E. A. L. (1936). *Inquérito Económico-Agrícola: Vol. 4. Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

- Basto, E. A. L. & Barros, H. (Orgs.) (1943). *Inquérito à Habitação Rural*: Vol. 1. *A Habitação Rural nas Províncias do norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os Montes e Alto Douro)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Cabral, A. (1910). *Raças, usos e costumes dos indígenas do districto de Inhambane*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Caroço, J. F. T. V. (1934). Questionário etnográfico. *Boletim Oficial da Colónia da Guiné*, 20 (Apenso).
- Carqueja, B. (1916). *O Povo Portuguez: Aspectos Sociais e Económicos*. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão, Editores.
- Carvalho, H. (1890). *Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Castelo, C & Ágoas F (2021). Inter-African cooperation in the social sciences in the era of decolonization: a case of science diplomacy. *Centaurus* 63(1): 67-83.
- CMS (Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria) (1903). *Inquérito aos pateos de Lisboa: anno de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CMS (Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria) (1905). *Inquérito aos pateos de Lisboa: anno de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Connell, R. W. (1997). Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology* 102(6): 1511-1557.
- DGCI (Direcção Geral de Comércio e Indústria) (1891). *Inquérito Industrial de 1890* (Vols. 1–5). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Diniz, J. F. (1918). *Populações indígenas de Angola*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ferreira, M. (2009). Serviço social e sociedade, cumplicidade e interacções. Contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1935 a 1972. *Em Pauta* 6(23): 161–90.
- Ferreira, N. E. (2006). *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Foucault, M. (2001 [1978]) La “gouvernementalité”. In M. Foucault, *Dits et Écrits: Vol. 2. 1976–1988* (pp. 207–28). Paris: Gallimard.
- Machado, F. L. (2020). *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização avançada*. Porto: Edições Afrontamento.

- Martel, S. (1911) A alimentação das classes pobres e suas relações com o trabalho. *Boletim do Trabalho Industrial* 44: 3–42.
- Mendonça, C. (1917). Inquérito às condições da vida económica do operariado português. *Boletim de Previdência Social* 2: 101–30; 3: 186–94; 4: 312–13.
- Mota, A. T. da (1947). *Inquérito etnográfico organizado pelo governo da colónia no ano de 1946*. Bissau: Publicação Comemorativa do V Centenário do Governo da Guiné.
- Mota, A. T. da & Neves, M. G. V. (Orgs.) (1948). *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Nazareth, P. D. (1906-1910). Estudo sobre a Alimentação das Classes Trabalhadoras no Continente de Portugal. *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos* 3 (1906): 9-20; 4 (1907): 18-32; 6 (1907): 17-33; 8 (1908): 14-38; 11-12 (1908): 1-10; 19 (1908): 1-40; 24 (1910): 91-100; 25 (1910): 155-217; 27 (1910): 204-226.
- Pereira, R. (2005). *Conhecer para Dominar. O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959* [tese de doutoramento]. Universidade Nova de Lisboa.
- Picão, J. S. (1983 [1903]). *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pires, D. R. V. & Caldeira, J. J. P. (1934). *Inquérito Económico-Agrícola: Vol. 2. Inquérito à Freguesia de Santo Ildefonso do Concelho de Elvas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Poinsard, L. (1912) *Portugal Ignorado*. Porto: Magalhães & Moniz.
- Portaria n.º 70, de 19 de Abril (1927). *Boletim Oficial da Colónia da Guiné*, suplemento n.º 12, 26 de Abril de 1927: 7–10.
- Portaria n.º 95, de 12 de Abril (1918). *Boletim Oficial da Província da Guiné*, II Série, n.º 16, 20 de Abril de 1918: 113–115.
- Questionário ethnographico acerca das populações indígenas de Angola e Congo*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1912.
- Rosa, F. D. & Verde, F. (2013). *Exploradores Portugueses e Reis Africanos. Viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Silva, F. C. da (2016). *Sociology in Portugal: A Short History*. Nova Iorque: Palgrave Pivot.

- Silva, T. (2017) *A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)* [tese de doutoramento], Universidade Lusíada.
- Simões, J. O. (1910). Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. *Boletim do Trabalho Industrial*, 49.
- Steinmetz, G (2023). *The Colonial Origins of Modern Social Thought: French Sociology and the Overseas Empire*. Princeton: Princeton University Press.
- Vilhena, D. F. A. M. (1934). *Inquérito Económico-Agrícola: Vol. 3. Inquérito à Freguesia de Santo Tirso*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.